

Tradução entre saberes: construção teórica para o debate ambiental no telejornalismo do Sul

José Manuel Mendes e Lúcia Helena Mendes Pereira

Resumo

A atualidade marcada pelo saber científico em um movimento de mudança de paradigma coloca a ecologia no centro das relações de poder. Este artigo reflete sobre os fatores sociais e culturais conflituosos que obstaculizam a prática democrática de uma representação das questões ambientais, através do jornalismo e suas especificidades culturais, de relacionamento com a ciência e com a sociedade, em tempo pós-colonial. Pensamento que compreende a importância da informação ambiental, na televisão, como motivadora do debate entre os atores sociais no contexto social da língua portuguesa, e que evoca um telejornalismo ambiental como *práxis* discursiva de tradução entre saberes no espaço público.

Palavras-Chave

Telejornalismo. Meio Ambiente.
Colonialidade de Poder.

1 Introdução

Tem sido proeminente, por força da necessidade imposta pelas catástrofes ambientais que vêm acometendo o planeta, a discussão sobre as questões ecológicas no seio das sociedades, especialmente após as transformações ocorridas no domínio da regulação e da governação da ciência e da tecnologia que pautam o desenvolvimento dos Estados-nação, as relações internacionais, mas também o presente e o futuro dos cidadãos e da natureza. A comunicação social ganha, assim, destaque nas especulações sobre a compreensão e a identificação dos fatores sociopolíticos conflituosos que obstaculizam a comunicação ambiental e um possível fomento do debate entre cidadãos, governos e cientistas sobre as questões ambientais pertinentes na atualidade.

Este artigo almeja a reflexão sobre a possibilidade da prática democrática de um Jornalismo como forma de representação e incitação do diálogo sobre a relação sociopolítica com a natureza e desta com as sociedades. Um pensamento que compreende a importância da periodicidade da

José Manuel Mendes | jomendes@ces.uc.pt

Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra, onde exerce a função de Professor Auxiliar com Agregação. Investigador do Centro de Estudos Sociais tem trabalhado nas áreas das desigualdades, da mobilidade social e dos movimentos sociais.

Lúcia Helena Mendes Pereira |

luciahelena@mail.uft.edu.br

Doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra, em Portugal e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense, no Brasil. Atualmente, é Professora Adjunta do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins.

comunicação ambiental como motivadora da discussão entre os diversos atores sociais no recorte do contexto social global e que evoca um Jornalismo Ambiental como *práxis* discursiva cotidiana, o qual se constitui como espaço público¹ de fundamental importância em seu processo de captação, produção e edição de uma comunicação comprometida com a temática ambiental que se destina a um público leigo, não especializado.

A hipótese é que os obstáculos sofridos para a fruição da comunicação ambiental democrática² se dão através dos conflitos políticos e nos jogos de interesses econômicos públicos e privados cimentados pela colonialidade de poder³ (QUIJANO, 1991, 1993, 1994), os quais atingem não só a produção deste gênero jornalístico da mídia, em tempos de capitalismo, mas também no despreparo cultural dos atores em jogo, originado da histórica separação epistemológica e institucional entre as ciências naturais e as ciências sociais, entre conhecimentos científicos

e conhecimentos tradicionais e/ou alternativos, prática oriunda da lógica hegemônica do pensamento científico dualista e cartesiano.

Pensar assim significa dizer que não basta defender que as empresas de comunicação devem afastar o jornalismo que fazem do negócio e aproximá-lo do interesse público ou que o jornalismo ambiental deve ser praticado em meios alternativos ou, ainda, com financiamento dos governos (MORAES, LOOSE, GIRARDI, 2014), e, sim, que nada disso adianta se os atores produtores desses conteúdos permanecerem com mentalidade colonizada.

A questão central nos remete à seguinte pergunta: poderíamos pensar a atividade do jornalismo com possibilidades de se tornar uma tradução cultural na contemporaneidade entre ciência e população, para usar a metáfora do pensamento de Ribeiro, ou seja, tradução como local de promoção da interculturalidade através da linguagem “como

1 O entendimento da imprensa como espaço público tem sua base depois da construção conceitual de Jürgen Habermas de Esfera Pública, tendo tal conceito sido modificado sistematicamente por muitos autores. Este artigo utiliza a noção de espaço público alargado, ou seja, compreende a ação da recepção na emissão da informação, em um processo cíclico e aberto, como em Esteves (2007) e Mendes (2004): “Mais do que falar numa esfera pública, que adquire uma conotação quase metafísica, parece mais adequado falar de públicos, procurando restituir a complexidade da construção e recepção mediáticas e dos seus impactos políticos”.

2 Entendemos por comunicação ambiental democrática a informação sobre meio ambiente que contribui para a formação ou manutenção da cidadania. O conceito de cidadania, por sua vez, é o de “cidadania imperfeita”, de Étienne Balibar, compreendido através de outro conceito, o de “comunidade de destino” citado por José Manuel Mendes (2004): “A comunidade de destino implica a prevalência de situações de incerteza e da conflitualidade, que não a violência, das condições do político (2001, p. 209). Esta comunidade de destino, na sua componente territorial, pode ir do prédio, rua ou bairro até ao globo como um todo. Como consequência, a cidadania é uma noção complexa, que se define e constrói sempre a vários níveis, em quadros múltiplos e articulados de forma diversa. A cidadania imperfeita é constituída, assim, por práticas e processos e não é tanto uma forma estável ou pré-definida”.

3 O conceito de colonialidade é descrito por Aníbal Quijano na diferenciação do conceito de colonialismo, apesar de ser constitutiva deste. Trata-se da persistência profunda e duradoura da dominação/exploração de uma população, incluindo as relações racistas, e que pode ocorrer dentro de um Estado-nação, ou seja, não mais como no colonialismo, uma dominação determinada por um poder cuja sede se localiza noutra jurisdição territorial.

núcleo de uma noção de transformação social numa perspectiva de descolonização?” (RIBEIRO, 2005).

A reflexão se dá na mira da mídia televisiva, escolhida pelo entendimento de ser esta forma de emissão de informações de maior audiência e penetração nos países de Norte a Sul⁴. A tecnologia da emissão televisiva via satélite consegue penetração geográfica nas localidades mais afastadas dos grandes centros; e, no terreno da língua comum, permite considerável entendimento na recepção, mesmo por audiências não incluídas pelo paradigma de instrução do conhecimento formal ocidental, alcançando assim as populações tradicionais dos países em desenvolvimento, ou seja, do Sul.

O conhecimento científico mundial é pesadamente dominante nos países desenvolvidos do Norte. O pensamento crítico que vem sendo produzido pelos estudos culturais pós-coloniais reflete sobre tal “consequência política do mundo globalizado” de forma mais clara, identificando o Sul como local das nações colonizadas e o Norte de sociedades metropolitanas, e aponta para o abismo que existe entre os dois lados desta linha divisória:

As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da

linha” desaparece enquanto realidade torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente (SANTOS, 2010, p.32).

Tal abismo entre os dois lados é o que Santos chama de pensamento abissal produzido pela ciência moderna ocidental na relação com os seus “outros”, ou seja, os pensamentos tradicionais, alternativos, científicos-silenciados-sonogados, enfim, o pensamento do Sul. Desse modo, o conhecimento que os países do Sul produzem são “crenças”, “comportamentos incompreensíveis”, ou, quando científicos, ineficientes por produzirem “lacuna de dados”, ou incipientes por conta da “falta” de verbas necessárias às suas investigações. Escondem-se aqui as relações íntimas entre ciência moderna ocidental e capitalismo nos países do Norte, que permitiram o enriquecimento desses países, especialmente através de séculos de dominação e exploração da Natureza, do trabalho e do saber não europeu.

É a crença na primazia do conhecimento científico eurocentrado sobre outras formas de conhecimentos, entronizada por todas as sociedades, em um absolutista “senso comum”, o que tem nefasta consequência tanto para a Natureza quanto para as sociedades do Sul: é a principal máquina ideológica reprodutora de subalternidade. “No fundo, a distinção é entre ser e ter: somos nossas crenças, temos ideias”, diz Santos (2010, p. 55), explicando uma

4 Divisão geográfica metafórica usada pelos estudos pós-colonialistas para explicitação das assimetrias que geram as desigualdades no globo terrestre: no Norte, estão os países desenvolvidos e centros de decisão política e, no Sul, os países em desenvolvimento e periféricos a esses centros decisórios.

característica do nosso tempo, o pertencimento simultâneo da ciência ao campo das ideias e das crenças. E, como a crença na ciência excede o que as ideias científicas podem realizar, houve uma perda de confiança epistemológica na ciência durante as últimas décadas do século XX, e um proporcional aumento na crença das populações na ciência.

A proposta para um pensamento não abissal, ou pós-colonial, vem na teoria do pensamento de Boaventura de Sousa Santos através da, por ele intitulada, “Ecologia dos Saberes”⁵, na qual é imprescindível o reconhecimento da diversidade epistemológica no mundo e a radical recusa a todo e qualquer conhecimento geral, de pretensões universalistas, incluindo, evidentemente, o conhecimento científico com pretensões universais (contextualização da ciência pressupõe sua não neutralidade).

O Jornalismo é considerado como gênero de conhecimento pelos pragmáticos da linguagem e pela sociologia da comunicação, como um conhecimento “acerca de”, enquanto o conhecimento científico é um conhecimento “sobre” a realidade. O conhecimento gerado pelo Jornalismo é um conhecimento da realidade no dia a dia, sintético e intuitivo; já o conhecimento “sobre” – o conhecimento científico – é o conhecimento sistemático e analítico (PARK,

1972). Diante da ciência moderna, o conhecimento de senso do cotidiano foi por muito tempo desprezado pela teoria científica moderna, uma vez que se constituiu com base na sua negação.

No campo da crença, a negação do jornalismo como objeto de conhecimento foi “fagocitada” pelos próprios sujeitos produtores da informação: para legitimar a profissão dos jornalistas e garantir sucesso aos seus negócios, os produtores de imprensa (proprietários da Indústria Cultural e seus funcionários) inventaram o ideal da objetividade (SHUDSON, 1978). O jornalismo “imparcial”, que vê sempre “os dois lados da questão” – como se a realidade tivesse sempre apenas dois lados a serem conferidos; anônimo, em que o sujeito da enunciação se esconde por entre as aspas judiciosas ou referências autorais, do texto da imprensa falada ou escrita, ou por entre a própria produção coletiva dos textos e seus infinitos formatos estéticos. Enfim, um ego do jornalista não situado (sem nome, sem lugar social, sem lugar epistêmico), especializado em vender a “verdade objetiva dos fatos”.

Hoje, no Norte e no Sul, o mito do jornalismo-verdade ou do “ideal da objetividade” está profundamente introduzido nas mentalidades de senso comum. Assim, entendendo que a mentalidade de senso comum é uma atitude percebida como natural, como pensar a

5 Ecologia dos Saberes: conceito desenvolvido por Santos (2008, p. 154-165) para definir a possibilidade de diálogo entre epistemologias diversas, hegemônicas e contra-hegemônicas, incluindo assim os chamados conhecimentos tradicionais e/ou alternativos.

atividade do Jornalismo Ambiental com possibilidades de se tornar uma tradução cultural na contemporaneidade entre ciência e população, como local de promoção da interculturalidade em uma perspectiva de pós-colonialidade, se a reprodução do mito como no processo de colagem uniu o campo das ideias ao campo das crenças? Como traduzir o que não tem contexto, não tem rosto, não tem diferença? Como problematizar as incertezas do conhecimento científico se o conhecimento jornalístico não aceita incertezas?

O conhecimento jornalístico do cotidiano no campo lógico do senso comum, como bem elucidou Meditsh, tanto pode ser perigoso quanto pode ser sua força de argumentação:

É frágil, enquanto método analítico e demonstrativo, uma vez que não pode se descolar de noções pré-teóricas para representar a realidade. É forte na medida em que essas mesmas noções pré-teóricas orientam o princípio de realidade de seu público, nele incluídos cientistas e filósofos quando retornam à vida cotidiana vindos de seus campos finitos de significação. Em consequência, o conhecimento do jornalismo será forçosamente menos rigoroso do que o de qualquer ciência formal, mas, em compensação, será também menos artificial e esotérico (MEDITSH, 1997).

O que o autor trata como “artificial e esotérico” é o hermetismo linguístico do conhecimento produzido pelo jornalismo objetivo e sua absorção do mito da verdade universal da ciência ocidental moderna/colonial e suas fórmulas comprobatórias da verdade. Mas o importante em sua fala é a percepção que o

campo do senso comum nunca é “finito de significação”, sua forma de operar no cotidiano é infinita de significações e de singularidades e está sempre recomeçando como no dito popular, “num dia após o outro”. Percebemos a pluriversalidade do cotidiano formado por povos multiculturais, multiétnicos, em constante processo de transformação identitária (HALL, 2006). Mas, guardemos este ponto de reflexão para vermos a forma como o “ideal da objetividade” se passa na televisão.

2 Relação TV e sociedades: cultura de massa e cultura popular

É fato mais do que reconhecido e amplamente divulgado pelas teorias e pesquisas de comunicação que o grande poder da televisão está a serviço das classes dominantes e, na arena global, propagam visões de mundo e modos de vida transformando os interesses de mercado em discurso hegemônico. Foi a síntese político-ideológica da ordem hegemônica no domínio da comunicação de massa o que permitiu o sucesso do “pensamento único” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985). O jornalismo na televisão e sua cultura objetivista é o mais respeitável reproduzidor de tal racionalidade, beneficiando-se do seu estatuto de atividade que trata da relevância e da “verdade dos fatos” (GUERRA, 2003), mas não só.

O que está oculto nesta teoria crítica foi o que Barbero (2001), pensador espanhol,

brilantemente denunciou como sendo o “salto de cima para dentro” da classe dominante burguesa: o deslocamento do discurso de legitimidade de poder que permite a continuidade de sua ideologia de dominação, passando dos dispositivos de submissão aos de consenso. Para falarmos do conhecimento que tem sido produzido no Sul, segundo o autor citado, tal deslocamento não aconteceu no momento do surgimento da TV, ou do rádio, mas, sim, vinha sendo construído, “numa pluralidade de movimentos”, desde o século XIX. Trata-se da dissolução do sistema tradicional de diferenças sociais, a constituição das massas em classe social e o surgimento do termo “cultura de massa”. Por cultura de massa, então, passa-se a entender a degradação cultural. Um deslocamento de sentido que, por sua vez, esconde uma intenção que só pode ser percebida através da análise histórica. Diz o autor;

(...) a “aparição das massas no cenário social”, desde a concentração industrial de mão-de-obra nas grandes cidades tornando visível a força das massas até a constituição do massivo enquanto modo de existência do popular.

A visibilidade, a presença social das massas, remete fundamentalmente a um fato político. É a revolução convertendo o Estado, como disse Marx, em assunto geral, liberando o político e constituindo-o “em esfera da comunidade, a esfera dos assuntos gerais do povo”. Torna-se assim possível a entrada de camadas sociais não burguesas, de massa de não proletários, na esfera pública com o que se transforma o sentido que a burguesia liberal tinha conferido ao público, ao desprivatizá-lo radicalmente (BARBERO, 2001, P.180).

A esfera política agora é ocupada pelas massas, o que conduz à imbricação entre Estado e sociedade. Acaba-se assim com a base do público, sem nada colocar em seu lugar. Tal vazio modifica a função da cultura que agora não é mais definidora das diferenças sociais e, sim, o lugar onde tais diferenças são negadas. Porém, isso não acontece como estratégia da classe dominante e, sim, como “elemento constitutivo do novo modo de funcionamento da hegemonia burguesa, como parte integrante da ideologia dominante e da consciência popular” (BARBERO, 2001, p. 180).

“Massa” é também o modo como tais classes populares vivem sua existência: na opressão e também nas aspirações por emancipação social. É desse modo que a cultura de massa passa a ser chamada de cultura popular. Tal inversão só foi possível com a mudança de sentido da cultura em cultura de classe. A reprodução da colonialidade de poder é realizada na abstração do público, na forma mercantil da própria materialidade da fábrica de produção dos conteúdos televisivos. É o que aqui nos interessa como mediação, pois é um processo em que há uma instância de significação que horizontaliza o conceito de cultura na modernidade/colonial nesta abstração, oferecendo uma brecha na atuação da colonialidade de poder:

A cultura de massa não aparece de repente, como uma ruptura que permita seu confronto com a cultura popular. O massivo foi gerado lentamente a partir do popular. Só um enorme estrabismo histórico e um potente etnocentrismo de classe que se nega a nomear o popular como cultura pôde ocultar essa relação, a ponto

de não enxergar na cultura de massa senão um processo de vulgarização e decadência da cultura culta. (*Idem*, p.181).

A mediação construída pela imprensa popular ou de massa sempre foi tratada pelos cientistas sociais ou pela imprensa “séria” como negócio ou como escândalo. Mas, da mesma forma, quando na América Latina do século XX, as lutas dos povos e seus modos de vida são inseridos nas condições da existência da sociedade de massas e de uma proposição teórica em profundidade sobre a representação do popular na cultura política da esquerda marxista (SUNKEL, 1985), a mediação abstracionista vista anteriormente, na prática, faz a diferença. Era preciso politizar as massas. No entanto, sabe-se que o discurso da imprensa hegemônica de esquerda era ainda o da “ilustração popular”, fiel à ideologia iluminista. Tratava-se de um pensamento que ainda deixava de fora o mundo da cotidianidade, da subjetividade, da sexualidade, da relação com a Natureza.

Mas um processo vinha se desenvolvendo há muito tempo no Sul, em um dos movimentos realizados pelo “salto de Barbero”, especificamente quando a esfera política foi ocupada pelas massas de despossuídos. A notícia política misturava-se à poesia, à oralidade da narrativa popular. Era a literatura de cordel no Brasil; da lira popular, no Chile; das gazetas na Argentina: um protojornalismo que já traz as origens do jornalismo sensacionalista (*Idem*, p. 257). É este processo que, à altura do salto, configura-se como a estética do jornalismo de massa, primeiro no papel e, depois, na TV.

Um jornalismo cujos critérios empresariais determinarão, mas também estarão determinados pelos critérios político-culturais. E assim ensina Barbero,

Nesse jornal, ficará claro que a questão da mudança da linguagem jornalística não remete e nem se resume à cilada armada para capturar seu público, senão que ela responde à busca de conexão com as outras linguagens que circulam marginalizadas na sociedade. Neste sentido é que se deve ler a caricatura das diferentes falas dos grupos sociais e a transposição do discurso desde a reportagem policial até a política (BARBERO, 2001, p. 258).

Já as formas que estão repletas de conhecimentos outros, que foram obstruídos pelo conhecimento hegemônico, são as das populações despossuídas com as quais precisamos dialogar em tempos de riscos ambientais. Não no sentido pedante, já denunciado por Barbero, “para ilustrar tais populações”, mas no progresso do debate com o intuito de uma tradução dos conhecimentos que, certamente, estão inseridos na cotidianidade desses povos, como no diálogo possível com o conhecimento científico adquirido na busca por menor imprevisibilidade dos riscos ambientais, bem como para tornar a comunicação social como importante coadjuvante da relação homem-natureza-desenvolvimento científico.

Afinal, assim como diante do popular-urbano-massivo, o conhecimento “acerca de”, gerido pelo jornalismo objetivo que nega a existência do conhecimento e da cultura popular, também tende a negar o conhecimento tradicional indígena,

como o que “está do lado de fora da história e, portanto, da sua narrativa”.

Sobre a necessidade de incentivo à discussão ambiental, a informação ambiental objetiva, ou seja, não contextual, não nos serve. Precisamos concordar com Moretzoohn da necessidade de enxergar na prática de fazer telejornalismo as brechas para deixar penetrar o discurso crítico, identificando quando esse jornalismo “(...) nega o caráter alienante que configura o trabalho sob o capitalismo e se revela trabalho criador, apesar das condições em que se desenvolve: trabalho resultante do processo de suspensão da cotidianidade, capaz de levar à reflexão (...) que contribua para um novo senso comum” (2007, p. 286).

3 Jornalismo Ambiental e tradução cultural: a busca de um conceito

Pensar a possibilidade de desenvolver uma disciplina com o título de “Jornalismo Ambiental”, como prática político-cultural de pós-colonialidade⁶, exige um rigor no olhar ao longo caminho que ainda precisamos trilhar, afinal e concordando com Dussel, é um trabalho que está inteiro por ser construído, já que os sociólogos da comunicação permanecem na impassibilidade do olhar eurocentrista: “Nem Levinas, nem a Escola de Frankfurt conseguem superar a modernidade

por não terem observado a colonialidade do exercício do poder ocidental” (DUSSEL, 2009).

A definição do Jornalismo Ambiental vem sendo desenvolvida por cientistas sociais (PETRARCA, 2002; TOSI & VILLAR, 2001; PÁDUA, 1992; *et al*) que consideram a importância da perspectiva crítica sobre essa atividade profissional diante dos grandes interesses de apropriação dos recursos naturais, incluído aqui o conhecimento humano na sua experiência direta com a Natureza. Uma das tentativas conceituais dessa novíssima prática no jornalismo é a de Wilson Bueno (2007), que considera o jornalismo ambiental como instância importante do campo da comunicação, porém que já nasce entrelaçado com o movimento social de luta anticapitalista, assumindo um compromisso de não neutralidade e o define, portanto, da seguinte maneira:

(...) o jornalismo ambiental, que é jornalismo em primeiro lugar, caracteriza-se por produtos (veículos, de maneira geral) que decorrem do trabalho realizado por profissionais que militam na imprensa. Ele está definido tanto pelas matérias/colunas/editoriais cadernos sobre meio ambiente publicados na mídia de massa (imprensa de informação geral ou especializada) como nos veículos ou espaços (de produção jornalística) exclusivamente destinados ao meio ambiente (BUENO, 2007, p. 31).

A preocupação no pano de fundo desta definição é a separação conceitual do que o referido

6 A informação ambiental como ferramenta social para a descolonização da Natureza, ou seja, a luta por incluir a humanidade na Natureza na natureza da humanidade. A colonização da Natureza é um processo histórico do lugar exterior ao ser humano da Natureza, sempre vista como ameaça ou como recurso.

autor entende por jornalismo ambiental e do que chamou de “marketing verde”, através da caracterização ética na produção de conteúdos jornalísticos que se utilizam de discursos que se mascaram como de interesse público, o que, na verdade, são destinados aos interesses mercadológicos do capitalismo, ou são legitimadoras da lógica racionalista das fontes privilegiadas do conhecimento especializado que despolitizam o debate ambiental. Por isso, o autor caracteriza os jornalistas produtores desse tipo de jornalismo de “militantes”. Jornalismo ambiental assim definido já nasceria contra hegemônico e poderia ser considerado o que John Downing (2002, p. 33) denominou de “mídia radical alternativa”: “ (...) constitui a forma mais atuante da audiência ativa e expressa as tendências de oposição, abertas e veladas nas culturas populares”, as quais podem se entrelaçar com a cultura de massa.

Isso remete à prática da disciplina, para além da usual priorização do conhecimento científico como única fonte de informação, e da atenção com não neutralidade da ciência e seu discurso na apuração da notícia ambiental. Há, ainda, a necessidade de cuidado com a questão ética no uso da linguagem, quando Bueno atenta o exemplo do uso ardiloso da palavra “defensivos” no lugar de “agrotóxicos”.

A ideia é radical porque a prática da atividade como tradutora entre vários saberes precisa que o papel do jornalista se transmute radicalmente do lugar-comum de “mediador neutro” para o de tradutor. Tradução que integre mais de uma temporalidade, que integre muitas formas de saber, muitas vozes, mesmo sabendo que, talvez, todas elas não sejam suficientes para diminuir ou adiar a velocidade da ação entrópica a que a vida humana e o planeta estão sujeitos. Mas ainda e principalmente, tradução da entropia de lei científica⁷ à prática social, e aqui está o principal desafio, até porque exige esforço especial de conhecimento contextual dos públicos receptores.

O trabalho hermenêutico que está na base da transformação que este tipo de conceituação de tradução exige é: “todo o texto na língua de chegada que, seja por que motivo for, é apresentado ou considerado como tal no âmbito do sistema de chegada” (RIBEIRO *apud* TYMOCZKO *apud* TOURY, 2005). Trata-se, então, de contextualização da informação na recepção, o que obriga ao jornalista conhecer muito bem o público receptor, mas que diminui a autoridade do emissor e da fonte, o que talvez possa trazer problemas para a legitimação da informação. Mas não é só. Ribeiro ampliou o conceito retirando-o do âmbito apenas textual, colocando-o no âmbito da cultura,

7 Entropia: 2ª Lei da Termodinâmica, a lei da dissipação da energia de Sadi Carnot. Todo o sistema físico fechado tem uma perda de energia (perda de calor) que não pode mais ser recuperada. Medida da perda de energia = entropia. A entropia de um sistema físico fechado continuará aumentando e, com esta evolução, é acompanhada de desordem crescente. Assim, entropia também pode significar “desordem crescente”.

Nessa acepção ampla, o conceito de tradução aponta para a forma como não apenas línguas diferentes, mas também culturas diferentes e diferentes contextos e práticas políticas e sociais podem ser postos em contato para que se tornem mutuamente inteligíveis, sem que com isso tenha de se sacrificar a diferença em nome de um princípio de assimilação. (RIBEIRO, 2005).

Assim, no caso do Jornalismo Ambiental, é a absorção das diferenças culturais que a língua fornece como o elemento cultural e principal alicerce, seja na construção identitária que foi erigida no espaço europeu, seja na sedimentação do que podemos considerar a trama de diferenças que por ela se teceu e tece nos países colonizados, onde se fez ou o idioma nacional, ou a língua oficial.

4 Considerações Finais

Pensar a atividade do jornalismo ambiental com possibilidades de se tornar uma tradução cultural na contemporaneidade está mais perto do possível se pudermos vislumbrar projetos pedagógicos alternativos na própria formação dos jornalistas, os quais incluam a ética democrática como tradutória na comunicação ambiental em tempos de mudança de paradigma social, nos países do Sul.

Faz-se imperativo entender que a delimitação do campo não pode ceder a reduções do saber ambiental a aspectos técnico-científicos em detrimento dos sociais, culturais, espirituais, comprometendo o jornalismo ambiental na

sua condição de disciplina interdisciplinar em nível da teoria e confundindo sua condição de promotor e mobilizador de uma consciência ambiental democrática em seus vários níveis, com as aspirações de mercado, o que significaria a assimilação de sua luta e a reprodução da colonialidade de poder.

Ainda assim, há um longo caminho na definição e estruturação da atividade jornalística voltada para as questões ambientais, no que se refere à formação dos profissionais e no desenvolvimento das linguagens e suas técnicas, seja imagética, sonora e/ou textual que permitam aberturas à participação, e à emersão de subjetividades. Percebe-se que o perfil do profissional como um “tradutor entre saberes” exige atuação nos espaços fronteiriços das culturas, ou seja, percepção de fronteira como espaço de articulação e não como linha divisória. Isso exige sensibilidade e abandono da pretensão de verdade absoluta, sem, contudo, se entregar à ficção própria do campo artístico, evidentemente.

Referências

- ADORNO, Theodor W. e HORKEHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- BARBERO, Jésus-Martin. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.
- BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Marajoara, 2007.

DOWNING, John. **Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. Tradução de Silvana Vieira. São Paulo: Ed. Senac, 2002.

EGYPTO, Luiz. **As Obrigações do Jornalismo Ambiental**. In: *Observatório da Imprensa*. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=363AZL002>>. Acesso em: 27.09.2008.

DUSSEL, E. **Meditações anti-cartesianas sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade**. In: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

GROSGOUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENEZES, Maria Paula (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez. p. 455-491, 2010.

GUERRA, Josenildo Luiz. **O Percorso Interpretativo na Produção da Notícia**. Salvador, UFA, 2003 (tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea da UFBA).

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1984.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MEDITSCH, Eduardo. **O Jornalismo é uma forma de conhecimento?** In: Biblioteca On Line de Comunicação – BOCC, 1997. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.html>>. Acesso em 10.10.2010.

MENDES, José Manuel. **Media, públicos e cidadania: Algumas notas breves**. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, Dez, p. 147-158, 2004.

MORAES, Cláudia Herte; LOOSE, Eloisa Belin; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. **Posibilidades del Periodismo Ambiental para el enfrentamiento de los riesgos climáticos**. In: CICOM Congreso Internacional de Comunicación, XXVIII, 2014. Salamanca. Comunicar el cambio climático: de la agenda global a la representación mediática: Actas de XXVIII CICOM Congreso Internacional de Comunicación.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando Contra os Fatos – Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

PÁDUA, J. A. **O Nascimento da Política Verde no Brasil: Fatores exógenos e endógenos**. Ciências Sociais Hoje. Rio Fundo/Anpocs, p. 190-216, 1992.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, Charles (Org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo, Cultrix, 1972.

PETRARCA, F. **Jornalismo e Meio Ambiente no RS: trajetórias profissionais e lógicas de engajamento na produção de notícias ambientais**. Revista Teoria e Pesquisa. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. UFSCar. Dossiê Profissões, n. 40 e 41, p. 107-136, 2002.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In, SANTOS, Boaventura de Sousa & MENEZES, Maria Paula (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84-130.

RIBEIRO, António Sousa. **A Tradução como Metáfora da Contemporaneidade**. In: Eurozine, 2005. Disponível em: <www.eurozine.com/articles/article_2005-07-18-ribeiro-pt.html>. Acesso em: 15.01.2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Semear Outras Soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Porto: Ed. Afrontamento, 2004.

_____. **Um Discurso sobre as Ciências**. Porto: Afrontamento, 1988.

_____ **A Gramática do Tempo: por uma nova cultura política.** São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

_____ **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes.** In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENEZES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul.* São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the News: A Social History of American Newspapers.** New York: Basic Book, 1978.

SUNKEL, Osvaldo. **Razón y passion en la prensa popular.** Santiago: Ed. Ilet, 1985.

TOSI, J. & VILLAR, R. **Jornalismo Ambiental: onde estão as Faculdades de comunicação?** *Ecos-Revista de Saneamento Ambiental.* Porto Alegre, n. 19, 37-38, ano 8, janeiro 2001.

**Translation of knowledge:
theoretical construction
for the environmental debate
in South Telejournalism**

Abstract

The present marked by a movement of scientific knowledge paradigm shift puts ecology at the heart of power relations. This article reflects on the social and cultural factors that hinder conflicting democratic practice of representing environmental issues through journalism and their cultural identity, relationship with science and society in post-colonial times. Thought that understands the importance of environmental information, on television, as a motivating the debate among social actors in the social context of the Portuguese language, which evokes an environmental television journalism as a discursive practice of translation between knowledge in the public sphere.

Keywords

TV Journalism. Environment. Coloniality of Power.

**Traducción de conocimiento:
construcción teórica para
el debate ambiental en el
periodismo televisivo del Sur**

Resumen

El presente marcado por un movimiento de cambio de paradigma científico conocimiento pone ecología en el corazón de las relaciones de poder. En este artículo se reflexiona sobre los factores sociales y culturales que dificultan la práctica democrática en conflicto de representar cuestiones ambientales a través del periodismo y su identidad cultural, la relación con la ciencia y la sociedad en tiempos post-coloniales. El pensamiento que entiende la importancia de la información ambiental, en la televisión, como motivación para el debate entre los actores sociales en el contexto social de la lengua portuguesa, que evoca un periodismo televisivo ambiental como práctica discursiva de la traducción entre el conocimiento en el espacio público.

Palabras clave

Periodismo televisivo. Medio Ambiente.
La Colonialidad del Poder.

Recebido em:
17 de junho de 2015

Aceito em:
06 de agosto de 2015

Expediente

A revista E-Compós é a publicação científica em formato eletrônico da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Lançada em 2004, tem como principal finalidade difundir a produção acadêmica de pesquisadores da área de Comunicação, inseridos em instituições do Brasil e do exterior.

E-COMPÓS | www.e-compos.org.br | E-ISSN 1808-2599

Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília, v.18, n.2, maio/ago. 2015.
A identificação das edições, a partir de 2008, passa a ser volume anual com três números.
Indexada por Latindex | www.latindex.unam.mx

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Rocha da Silva, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Alexandre Farbiarz, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Ana Carolina Damboriarena Escosteguy, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
Ana Carolina Rocha Pessoa Temer, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Ana Regina Barros Rego Leal, Universidade Federal do Piauí, Brasil
André Luiz Martins Lemos, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Andrea França, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil
Antonio Carlos Hohlfeldt, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
Arthur Ituassu, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil
Álvaro Laranjeira, Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil
Ângela Freire Prysthon, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
César Geraldo Guimarães, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Cláudio Novaes Pinto Coelho, Faculdade Cásper Líbero, Brasil
Daisi Irmgard Vogel, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Daniela Zanetti, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
Denize Correa Araujo, Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil
Eduardo Antonio de Jesus, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
Eduardo Vicente, Universidade de São Paulo, Brasil
Elizabeth Moraes Gonçalves, Universidade Metodista de São Paulo, Brasil
Erick Felinto de Oliveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Francisco Elinaldo Teixeira, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Francisco Paulo Jamil Almeida Marques, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Gabriela Reinaldo, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Gisela Grangeiro da Silva Castro, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Goiamérica Felício Carneiro Santos, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Gustavo Daudt Fischer, Unisinos, Brasil
Herom Vargas, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Brasil

Itania Maria Mota Gomes, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Janice Caiafa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Jiani Adriana Bonin, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil
José Afonso da Silva Junior, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
José Luiz Aidar Prado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
Kati Caetano, Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil
Lilian Cristina Monteiro França, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
Liziane Soares Guazina, Universidade de Brasília, Brasil
Luiza Mônica Assis da Silva, Universidade de Caxias do Sul, Brasil
Luciana Miranda Costa, Universidade Federal do Pará, Brasil
Malena Segura Contrera, Universidade Paulista, Brasil
Marcel Vieira Barreto Silva, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Maria Ogécia Drigo, Universidade de Sorocaba, Brasil
Maria Ataide Malcher, Universidade Federal do Pará, Brasil
Maria Clotilde Perez Rodrigues, Universidade de São Paulo, Brasil
Maria das Graças Pinto Coelho, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Maurício Ribeiro da Silva, Universidade Paulista, Brasil
Mauro de Souza Ventura, Universidade Estadual Paulista, Brasil
Márcio Souza Gonçalves, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Micael Maiolino Herschmann, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Mirna Feitoza Pereira, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
Nisia Martins Rosario, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Potiguara Mendes Silveira Jr, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil
Regiane Ribeiro, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Rogério Ferraraz, Universidade Anhembi Morumbi, Brasil
Rose Melo Rocha, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Rozinaldo Antonio Miani, Universidade Estadual de Londrina, Brasil
Sérgio Luiz Gadini, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
Simone Maria Andrade Pereira de Sá, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Veneza Mayora Ronsini, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Walmir Albuquerque Barbosa, Universidade Federal do Amazonas, Brasil

COMISSÃO EDITORIAL

Cristiane Freitas Gutfreind
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
Irene Machado
Universidade de São Paulo, Brasil
Jorge Cardoso Filho
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil
Universidade Federal da Bahia, Brasil

EQUIPE TÉCNICA

ASSISTENTE EDITORIAL | Márcio Zanetti Negrini

REVISÃO DE TEXTOS | Press Revisão

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA | Roka Estúdio

CONTATO | revistaecompos@gmail.com

COMPÓS | www.compos.org.br

Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação

Presidente
Edson Fernando Dalmonte
 Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea - UFBA
edsondalmonte@uol.com.br

Vice-presidente
Cristiane Freitas Gutfreind
 Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social – PUC-RS
cristianefreitas@puccrs.br

Secretário-Geral
Rogério Ferraraz
 Programa de Pós-Graduação em Comunicação
 Universidade Anhembi Morumbi
rogerioferraraz@anhembimorumbi.edu.br